

HABEAS CORPUS Nº 548.997 - SP (2019/0358558-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : JOSE MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : VILTON LUÍS DA SILVA BARBOZA - SP129515
JOSÉ MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA - SP185264
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EVANDRO MACIEL AUGUSTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. CRIMES DOS ARTS. 299 E 312 DO CP. INDICIAMENTO FORMAL APÓS O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. MANIFESTA ILEGALIDADE. PRECEDENTES DO STJ.
Ordem concedida liminarmente nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Evandro Maciel Augusto** – denunciado pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 312, *caput*, na forma do art. 14, II, e 299, parágrafo único, todos do Código Penal (Autos n. 0000018-68.2017.8.26.0699, da Vara Única da comarca de Salto de Pirapora/SP) –, sob alegação de constrangimento ilegal decorrente da decisão do Juízo *a quo* que determinou o indiciamento formal do paciente.

Requer-se, em liminar, seja sustado o dito indiciamento e, no mérito, seja cassado o *decisum* de primeiro grau.

É o relatório.

É manifesto o constrangimento ilegal suportado pelo paciente, o que autoriza a concessão da ordem *in limine*.

Da análise dos autos, verifica-se que o **indiciamento formal do ora paciente foi determinado pela autoridade judicial, logo após o oferecimento da denúncia pelo órgão acusatório** (fls. 441/448).

Ocorre que o *indiciamento é medida própria do inquérito policial, por meio da qual a investigação converge, à luz do quanto coligido, para a figura de*

Superior Tribunal de Justiça

determinado investigado. Uma vez ultimada a persecutio criminis pré-processual, é mais do que evidente a impertinência da providência em testilha (HC n. 117.504/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 4/5/2011).

No mesmo sentido, confira-se:

HABEAS CORPUS DESAFIANDO DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR. MÉRITO JULGADO NA ORIGEM. OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. INDICIAMENTO POSTERIOR. DESNECESSIDADE. ORDEM CONCEDIDA.

1. A despeito do habeas corpus ter sido impetrado contra decisão que indeferiu liminar, o Tribunal de origem já julgou o mérito do writ ali manejado, denegando-o.

2. **É pacífico nesta Corte o entendimento de que não se justifica o indiciamento policial daquele contra quem o Ministério Público já ofereceu denúncia.**

3. Ordem concedida.

(HC n. 56.337/SP, Ministro Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 5/11/2007 – grifo nosso)

À vista do exposto, **concedo liminarmente** a ordem a fim de cassar a decisão que determinou o indiciamento formal do ora paciente (Processo n. 0000018-68.2017.8.26.0699, da Vara Única da comarca de Salto de Pirapora/SP).

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator